

RIOSOLIDARIO – OBRA SOCIAL DO RIO DE JANEIRO

Relatório dos auditores independentes demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores do
RIOSOLIDARIO – OBRA SOCIAL DO RIO DE JANEIRO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **RIOSOLIDARIO – OBRA SOCIAL DO RIO DE JANEIRO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **RIOSOLIDARIO – OBRA SOCIAL DO RIO DE JANEIRO** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com as normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, com relatório datado de 25 de junho de 2025, destacando ênfases quanto a: I – Ajustes contábeis promovidos para acerto do saldo de contas a receber, decorrente de falhas na mudança do sistema, que não considerou contabilmente o total dos valores recebidos em exercícios anteriores; e II – ajustes promovidos no ativo imobilizado, decorrentes do término do inventário físico dos bens móveis da Entidade, que promoveu baixas por deterioração, quebra ou obsolescências, bem como outros ajustes decorrentes de doações não registradas.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda dissolver a Entidade ou cessar suas atividades, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das atividades.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências da auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2026.

WALTER HEUER – WH AUDITORES INDEPENDENTES
CNPJ 42.465.302/0001-85 – CRC-RJ 000319/O-8 – CVM 8710



GILSON MIGUEL DE BESSA MENEZES
CRC RJ 017511/T-7 SP

RIOSOLIDARIO - Obra Social do Rio de Janeiro			
CNPJ - 00.517.666/0001-11			
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO			
(VALORES EM R\$ 1)			
ATIVO	Nota	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE		3.372.283	3.301.217
Caixa e Equivalente de Caixa	5	3.090.503	3.275.520
Caixa		1.609	1.159
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição		2	8
Banco C/Movimento – Recursos com Restrição		402.343	14.923
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição		446.970	691.493
Aplicações Financeiras – Recursos com Restrição		2.216.928	2.554.925
Banco C/Poupança - Recursos com Restrição		22.651	13.012
Realizavel a curto prazo		281.780	25.697
Adiantamentos a Empregados		272.257	15.900
Impostos a Recuperar		4.307	4.954
Despesas Antecipadas		5.216	4.843
ATIVO NÃO CIRCULANTE		594.499	742.495
Imobilizado	6	493.007	580.477
Imobilizado - Com Restrição		490.101	578.775
Imobilizado - Sem Restrição		2.906	1.702
Intangível		101.492	162.018
TOTAL DO ATIVO		3.966.782	4.043.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RIOSOLIDARIO - Obra Social do Rio de Janeiro			
CNPJ - 00.517.666/0001-11			
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO			
(VALORES EM R\$ 1)			
PASSIVO	Nota	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE		3.365.745	1.872.182
Obrigações Trabalhistas	7	409.741	386.791
Obrigações Tributárias	8	248.000	317.498
Contas a Pagar		55.266	91.177
Recursos de Convênios em Execução	9	2.097.532	90.841
Provisões Trabalhistas	10	555.206	985.875
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		86.280	293.710
Pensão Indenizatória a Pagar		86.280	110.545
Parcelamentos	11	-	183.165
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	514.758	1.877.820
Patrimônio Social		212.857	918.321
Superávit Exercício		301.901	959.499
TOTAL DO PASSIVO		3.966.782	4.043.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RIOSOLIDARIO - Obra Social do Rio de Janeiro			
CNPJ - 00.517.666/0001-11			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DEZEMBRO			
(VALORES EM R\$ 1)			
	Nota	2025	2024
Receitas Operacionais		13.801.645	14.768.769
Programa (Atividades) de Assistência Social - Com Restrição	13	12.574.509	14.216.471
Contribuições e Doações Voluntárias - Sem Restrição	14	1.227.136	552.298
Custos Operacionais		(12.790.531)	(12.580.767)
RESULTADO BRUTO		1.011.114	2.188.002
Despesas Operacionais		(583.765)	(1.281.684)
Despesas Administrativas		(583.765)	(1.281.684)
Resultado Financeiro Líquido		(125.448)	53.181
Receitas Financeiras		44.135	89.448
Despesas Financeiras		(169.583)	(36.267)
Isenções Usufruídas			
Renuncia Fiscal Obtida		72.456	230.280
Renúncia Fiscal		(72.456)	(230.280)
DEFICIT/SUPERAVID DO PERÍODO		301.901	959.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RIOSOLIDARIO - Obra Social do Rio de Janeiro

CNPJ - 00.517.666/0001-11

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EM R\$ 1)**

	PATRIMÔNIO SOCIAL	Reserva	Superavit / Deficit Exercício	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	6.258.198	6.228	(387.435)	5.876.991
Incorporação do Deficit do Exercício 2023	(387.435)	-	387.435	-
Ajustes exercício 2021	(1.735.891)	-	-	(1.735.891)
Ajustes exercício 2022	(3.222.779)	-	-	(3.222.779)
Incorporação da Reserva	6.228	(6.228)	-	-
Superávit do Exercício	-	-	959.499	959.499
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	918.321	-	959.499	1.877.820
Incorporação do Superavit do Exercício 2024	959.499	-	(959.499)	-
Ajustes exercício 2023	11.366	-	-	11.366
Ajustes exercício 2024	(1.676.329)	-	-	(1.676.329)
Superávit do Exercício	-	-	301.901	301.901
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	212.857	-	301.901	514.758

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RIOSOLIDARIO - Obra Social do Rio de Janeiro CNPJ - 00.517.666/0001-11 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) EM 31 DE DEZEMBRO (VALORES EM R\$ 1)		
---	--	--

	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superavit do Exercício	301.901	959.499
Ajuste ao Resultado		
Imobilizado	-	(309.306)
Depreciações e Amortizações	195.984	26.645
Resultado Ajustado	497.885	676.838
Decréscimo (Acréscimo) em Ativos		
Adiantamentos a Empregados	(256.357)	240.409
Impostos a Recuperar	647	-
Despesas antecipadas	(373)	-
(Decréscimo) Acréscimo em Passivos		
Obrigações Trabalhistas	22.950	46.389
Obrigações Tributárias	(69.498)	125.911
Pensão Indenizatória a Pagar	(24.265)	(12.944)
Parcelamento	(183.165)	(186.464)
Contas a Pagar	(35.911)	2.668
Recursos de Convênios em Execução	2.006.691	-
Provisões Trabalhistas	(430.669)	123.374
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.664.963)	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(137.029)	1.016.181
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(Acréscimo) Baixas Líquidas do Imobilizado/Intangível	(47.988)	(150.654)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(47.988)	(150.654)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(185.017)	865.527
CAIXA EQUIVALENTE DE CAIXA SALDO INICIAL	3.275.520	2.409.993
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA SALDO FINAL	3.090.503	3.275.520
REDUÇÃO/AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(185.017)	865.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



RIOSOLIDARIO – Obra Social do Rio de Janeiro

CNPJ: 00.517.666/0001-11

Endereço: Travessa Euclides de Matos, 17

Laranjeiras – Rio de Janeiro - RJ

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Riosolidario - Obra Social do Rio de Janeiro foi constituído em 31 de março de 1995, como pessoa jurídica de direito privado, sob a forma de associação civil sem fins lucrativos.

A Entidade está sediada na cidade do Rio de Janeiro e, desde 25 de novembro de 2008, é reconhecida como de Utilidade Pública Federal. Anualmente a Entidade é obrigada a prestar contas ao Ministério da Justiça e, somente assim possui a aprovação da certidão de Utilidade Pública Federal para o próximo período fiscal. Por ser considerada de Utilidade Pública Federal, a Entidade é imune de recolhimento de impostos de acordo com o artigo 150 da Constituição Federal.

O Riosolidario tem como missão unir esforços do Estado, da sociedade civil e da iniciativa privada para o desenvolvimento de projetos de responsabilidade social voltados a crianças, jovens, mulheres e pessoas com deficiência, contribuindo com a redução das desigualdades e a promoção da cidadania. Para isso destina-se às seguintes atividades:

- Proporcionar condições adequadas ao bem-estar da criança em situação de risco social, oferecendo educação infantil em creches, com acompanhamento nutricional e ações preventivas em todas as áreas relacionadas ao instituto familiar.
- Desenvolver ações buscando alternativas para a inclusão social de adolescentes com vulnerabilidade social em conflito com a Lei.
- Apoiar e desenvolver ações de promoção de saúde, cultura, esporte e lazer em benefício da população do Estado do Rio de Janeiro.
- Prevenir e combater a violência doméstica e todo tipo de discriminação.



- Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia, o respeito a diversidade humana e outros valores.
- Proporcionar a tantas pessoas condições mais dignas, por mais oportunidades e por trazer ao cidadão fluminense a consciência sobre a importância de fazer algo que traga ao próximo uma nova perspectiva de vida.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 - Base de Preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, em conformidade com a Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, ITG 2002 (R1) e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC); e também pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros.

A Entidade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025.

2.2 - Aprovação

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 09/03/2026

2.3 - Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, pelos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

3. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 - Contabilização

Os lançamentos contábeis são realizados obedecendo ao regime da competência.

3.2 - Caixas e Equivalentes de Caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “disponíveis para venda”.

3.3 - Imobilizado

(i) Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao final de cada exercício. Durante o ano de 2024 foi realizado levantamento Físico de todos os itens do Ativo Imobilizado do Riosolidario, após levantamento foram realizados os ajustes na contabilidade obedecendo o ajuste de valores de itens que haviam sido doados e não estavam contabilizados em anos anteriores. Imobilizados que estavam quebrados, deteriorados e sem uso também foram ajustados na contabilidade tendo seus itens baixados, de posse desse levantamento físico e planilhado, o Riosolidario adquiriu um sistema de controle de Patrimônio e inseriu todos os bens passando a controlar de forma mais eficiente e eficaz as aquisições e baixas do Imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. O gasto efetuado com terrenos não é depreciado.

Após ajustes dos bens do Riosolidario realizado para o balanço de 2024, as depreciações passaram a ser contabilizadas respeitando os percentuais vigentes.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

• Benfeitorias	25 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Instalações	10 anos
• Equipamentos eletrônicos	10 anos
• Equipamentos de comunicação	10 anos
• Máquinas e equipamentos	10 anos

3.4 - Ativos Intangíveis

Reconhecimento, Mensuração e Amortização

O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

3.5 - Redução ao Valor Recuperável

Ativos Financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado, a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de reconhecimento de perda no valor recuperável desses ativos.

Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

3.6 - Direitos e Obrigações

Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência.

3.7 - Obrigações Trabalhistas

Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Entidade.

As Provisões Trabalhistas são decorrentes de férias e respectivos encargos, sendo constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até as datas dos balanços.

3.8 - Apuração das Receitas

As Receitas da Entidade vinculadas a projetos são reconhecidas no resultado a partir da amortização do passivo registrado pelos adiantamentos financeiros concedidos pelos projetos em que há prestações de contas periódicas.

As Receitas sem restrição são reconhecidas diretamente no Resultado.

3.9 - Apuração das Despesas

Os custos estão segregados por Projetos (custo com pessoal e custos gerais), as despesas com a sede são evidenciadas também com a devida segregação entre pessoal e administrativas gerais.

3.10 - Classificação de Ativos e Passivos como Circulantes e Não Circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação ocorra no prazo de até 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, são classificados como não circulantes.

4. RENÚNCIA FISCAL

4.1 - Tributos Isentos

Em atendimento ao disposto no item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta, a seguir, a relação dos tributos objeto de renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- Programa de Integração Social (PIS); e
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

4.2 - Tributos Objeto de Renúncia Fiscal

Sobre a Receita	PIS = 1,65%	COFINS = 7,60%	ITD = 4,5%
Sobre Superávit	IRPJ = 15%	CSLL = 9%	

4.3 - Valores Apurados para Evidenciação da Renúncia Fiscal Sobre o Superávit

	2025	2024
Tributos sobre o Lucro/Superávit		
(Déficit) / Superávit do Período	301.901	959.499
Alíquota dos Tributos (IRPJ/CSLL)	24%	24%
Renúncia Fiscal	72.456	230.280

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o Caixa Administrativo, os Depósitos Bancários, Investimentos de curto prazo de alta liquidez e Poupanças.

Descrição	2025	2024
Caixa	1.609	1.159
Banco c/ Movimento – Recursos sem Restrição	2	8
Banco c/ Movimento – Recursos com Restrição (a)	402.343	14.923
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição	446.970	691.493
Aplicações Financeiras – Recursos com Restrição (a)	2.216.928	2.554.925
Banco c/ Poupança - Recursos com Restrição	22.651	13.012
Total	3.090.503	3.275.520

(a) *Recursos com Restrição: São recursos vinculados aos convênios*

6. IMOBILIZADO

Descrição	Composição do Imobilizado		2025	2024
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Saldo Líquido
Imobilizado - Com Restrição				
Máquinas e Equipamentos	221.609	(128.059)	93.550	75.672
Móveis e Utensílios	905.352	(521.783)	383.569	473.130
Computadores e Periféricos	131.900	(118.917)	12.983	29.973
Total	1.258.861	(768.759)	490.101	578.775
Imobilizado - Sem Restrição				
Máquinas e Equipamentos	10.793	(10.446)	347	1.426
Móveis e Utensílios	4.602	(4.602)	-	96
Computadores e Periféricos	5.384	(5.384)	-	180
Equipamentos Eletrônicos	575	(575)	-	-
Instalações	2.559	-	2559	-
Veículos	78.842	(78.842)	-	-
Total	102.755	(99.849)	2.906	1.702
Total Imobilizado	1.361.616	(868.608)	493.007	580.477

Imobilizado com Restrição – são as aquisições de Equipamentos e Utensílios adquiridos com recursos próprios dos Convênios.

7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Descrição	2025	2024
Salários a Pagar	407.783	363.758
Pensão Alimentícia a Pagar	1.958	853
Total	409.741	386.791

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
INSS a Recolher	155.977	146.058
FGTS a Recolher	66.538	50.450
IRRF a Recolher	17.091	14.309
PIS s/Folha a Recolher	4.935	4.406
CSRF de Terceiros a Recolher	1.206	988
Contribuição Assistencial a Recolher	1.500	1.484
ISS de Terceiros a Recolher	205	6.161
IRPJ de Terceiros a Recolher	531	410
Contribuição Sindical a Recolher	17	-
Parcelamento INSS	-	93.232
Total	248.000	317.498

9. RECURSOS DE CONVÊNIOS EM EXECUÇÃO

A Receita da Entidade é reconhecida no resultado a partir da amortização do passivo registrado pelos adiantamentos financeiros concedidos pelos financiadores dos projetos, em que há prestações de contas periódicas.

Descrição	2025	2024
PEUGEOT - CONV. 030/2015	-	90.841
PROJETO DUPLA ESCOLA	420.407	-
VILA DO JOÃO - PREFEITURA	610.341	-
CIDADE DE DEUS - PREFEITURA	708.907	-
BATAN - PREFEITURA	357.877	-
TOTAL	2.097.532	90.841

10. PROVISÕES TRABALHISTAS

As Provisões Trabalhistas são decorrentes de férias e respectivos encargos, que são constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até as datas dos balanços.

Descrição	2025	2024
Provisão de Férias	412.937	688.055
Encargos s/ 13º Salários – PIS	-	3.952
Encargos s/ Férias – PIS	4.129	5.244
Encargos s/ Férias – INSS	105.426	195.088
Encargos s/ Férias – FGTS	32.714	93.537
Total	555.206	985.875

11. PARCELAMENTO

Em 2023 a Entidade realizou o parcelamento de INSS no montante de R\$ 385.167, o saldo em 31/12/2024 era de R\$ 183.165. O Parcelamento foi quitado em outubro de 2025 antecipando-se as parcelas devidas, os pagamentos foram realizados com recursos próprios oriundos de doações e eventos realizados pelo Riosolidario.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Ajustes de Exercícios Anteriores

Dando continuidade ao processo de regularização dos saldos contábeis de exercícios anteriores, em função da mudança do sistema informatizado de controle, foram promovidos os ajustes finais para compatibilização dos controles financeiros, patrimoniais e de provisão de férias com os saldos da contabilidade. Tais ajustes não geram efeitos financeiros para o Riosolidario, tratando-se apenas de procedimento escritural de compatibilização entre os citados controles.

Os ajustes foram tratados na assembleia de aprovação das contas do exercício de 2024, ocasião em que foi informado que seriam realizados na contabilidade de 2025.



13. PROGRAMAS (ATIVIDADES) DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – COM RESTRIÇÃO

Subvenções e Recursos de Patrocinadores

A Entidade possui convênios com órgãos estatais e empresas privadas, tendo como principais incentivadores os órgãos citados abaixo:

LOTERJ - Loteria do Estado do Rio de Janeiro

A parceria do Riosolidario com a Loteria do Estado do Rio de Janeiro - LOTERJ tem como objetivo a coordenação de políticas e ações que ofereçam condições necessárias para a implantação e o desenvolvimento de programas/projetos de interesse social, prestando assistência às populações em situação de vulnerabilidade e apoio às atividades institucionais.

Prefeitura do Município do Rio de Janeiro

O convênio firmado tem por objeto a concessão de apoio financeiro para o desenvolvimento de ações nas áreas educacional e nutricional.

Projeto Dupla Escola Barra Mansa / Peugeot

O Projeto Dupla Escola de Barra Mansa decorre de Convênio firmado entre o Riosolidario, a Secretaria de Estado de Educação, a PSA GROUPE e o FIRJAN SENAI-RJ. O projeto foi responsável pela criação de uma escola técnica de eletrotécnica dentro do CIEP 493 - Professora Antonieta Salinas de Castro, localizado no município de Barra Mansa. O Riosolidario é responsável pela gestão administrativa e financeira do projeto.

14. CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES VOLUNTÁRIAS

O Riosolidario recebe também contribuições e doações voluntárias provenientes de diversos setores, incluindo pessoas físicas e jurídicas, as quais são destinadas ao cumprimento de seu objeto social, que é a prestação de serviços de assistência social, sem finalidade lucrativa.



15. COBERTURA DE SEGUROS

Em razão da natureza de suas atividades e da descentralização de suas instalações, incluindo atuação em diversas unidades além da sede, a Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para veículos e edificações.